



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**GILMARA DE CARVALHO FALCÃO
MARIA RITA MARTINS DANTAS
SHEILA REGINA COSTA DA SILVA**

**ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
MÚLTIPLA: A sala regular e o Atendimento Educacional
Especializado (AEE)**

JOÃO PESSOA – PB

2017

GILMARA DE CARVALHO FALCÃO

MARIA RITA MARTINS DANTAS

SHEILA REGINA COSTA DA SILVA

**ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
MÚLTIPLA: A sala regular e o Atendimento Educacional
Especializado (AEE)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de
Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em
cumprimento às exigências para a obtenção do grau de
Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dr^a. Izaura M. Andrade da Silva.

JOÃO PESSOA – PB

2017

F178e Falcão, Gilmara de Carvalho.

Ensino-aprendizagem de alunos com deficiência múltipla: a sala regular e o atendimento educacional especializado (AEE) / Gilmara de Carvalho Falcão, Maria Rita Martins Dantas, Sheila Regina Costa da Silva. – João Pessoa: UFPB, 2017.
52f.

Orientadora: Izaura M. Andrade da Silva
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Pedagogia) –
Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Deficiência múltipla. 2. Atendimento educacional especializado. 3. Sala regular. I. Dantas, Maria Rita Martins. II. Silva, Sheila Regina Costa da. III. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 376(043.2)

GILMARA DE CARVALHO FALCÃO

MARIA RITA MARTINS DANTAS

SHEILA REGINA COSTA DA SILVA

**ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
MÚLTIPLA: A sala regular e o Atendimento Educacional
Especializado (AEE)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dr^a. Izaura M. Andrade da Silva.

APROVADO EM: ____/____/____ COM MÉDIA _____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Izaura M. Andrade da Silva
DHP/ CE/ UFPB (Orientadora)

Prof^a. Ms^a. Santuza Monica de Franca Pereira da Fonseca
CE/UFPB (Professora Examinadora)

Prof^a. Dr^a. Sandra Alves Santiago
DHP/CE/UFPB (Professora Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por me abençoar e me proteger com as suas mãos e por me conceder o dom da vida e fazer com que eu busque sempre a paz e o amor.

A minha avó Esmeraldina (*In memorian*) e ao meu avô João (*In memorian*) pelo apoio e assistência concedida a minha pessoa.

A minha mãe pelo amor em me conceder o dom da vida e pela sua compreensão e apoio.

Ao meu Pai Gilberto (*In memorian*) por ter me ensinado a ser uma pessoa boa e de caráter para enfrentar os obstáculos do mundo.

As minhas irmãs pelo carinho e apoio. Amo muito vocês.

As minhas tias pelo apoio e assistência durante essa jornada de curso.

A todos os professores que passaram pela minha formação escolar.

As colegas de curso Maria Rita, Sheila Regina, pela compreensão e dedicação na elaboração do TCC. Muito obrigada por serem amigas.

As colegas Prisilla Kézia, Gerlane Mendes, Necifran Maia que no decorrer do curso dividiram comigo conhecimentos, solidariedade, amizade e compreensão.

As professoras Sandra Santiago e Judy Rosas, pelos ensinamentos no decorrer da minha Aprendizagem e pela contribuição na minha formação acadêmica.

A orientadora Izaura pelas contribuições e discussões teóricas que fizeram enriquecer a monografia.

E finalmente a todas as pessoas que fazem parte da educação e acreditam que as crianças de hoje serão o futuro de amanhã a partir de uma educação de qualidade.

Meus sinceros agradecimentos!

Gilmara de Carvalho Falcão

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, porque se não fosse da sua vontade sei que não teria ingressado nessa Universidade.

Aos meus amados pais, minha irmã e meu irmão por cada oração, por acreditar, confiar, por me ajudarem a ter forças para chegar até aqui apesar das lutas e dificuldades que encontramos ao longo deste caminho. Vocês são minha razão e meus exemplos de viver. Quero retribuir e agradecer a Deus por nossa família e por cada ensinamento amo vocês obrigada por tudo e pelo seu grande amor e carinho.

As minhas avós, minhas tias em especial Mayenivan Almeida e minha madrinha que com seu amor estiveram sempre comigo, me ajudado quando mais precisei, sempre serei grata! Amo vocês!

Ao meu amado namorado, que com seu amor e carinho, me apoiou, e me motivou o quando mais precisei. Te amo!

A todas escolas que estudei em todo meu processo letivo e em especial ao Centro Profissionalizante Deputado Antônio Cabral em que cursei no ensino médio por todo ensino de qualidade e dedicação de todos os professores e os demais funcionários desta Unidade Escolar.

Ao meu grupo Gilmara Falcão e Sheila Regina pela dedicação e empenho para preparar esse TCC, não foi fácil, mas graças à Deus chegamos juntas a essa honrosa etapa. E a todos amigos e amigas que conheci ao longo deste caminho em especial Prisilla Kézia, Nercifran Maia, e Gerlane Mendes. Amo vocês!

A Universidade Federal da Paraíba e ao Centro de Educação, pelo ensino e serviços de qualidade. A todos os professores em especial Walkíria de Carvalho e Sandra Santiago e demais funcionários, que tiveram sua contribuição ao longo desses anos e as examinadoras que dispôs seu tempo para compor esta banca.

Em especial à professora, orientadora, e amiga Izaura Maria muitíssimo obrigada pelo acolhimento e disponibilidade, por todas suas instruções no decorrer desse processo de conclusão de curso.

E por fim, agradeço a escola Odilon Coutinho em que tive o privilégio de realizar esta pesquisa, e a todos seus funcionários. Pelo acolhimento.

Muitíssimo Obrigado!

Maria Rita Martins Dantas

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me conceder a sabedoria, capacidade para aprender, força de vontade para não desanimar e nem desistir dos meus objetivos. E que através da força do espírito, me fez superar todas as dificuldades encontradas durante o caminho.

Agradeço a minha mãe Rita da Costa e ao meu Pai Luiz Cândido, pelo apoio, compreensão, pelo amor e por todos os momentos que estiveram ao meu lado, pois eles foram de grande importância na minha trajetória acadêmica.

Também quero agradecer ao meu esposo, que durante esse tempo cedeu uma parte de mim para que pudesse estudar passar noites em claros e às vezes o dia fora para que fosse possível fazer a pesquisa. E que me deu força e coragem nos momentos de dificuldades.

Agradeço a todos os professores que contribuirão na minha formação acadêmica. Em especial as professoras Walkíria Carvalho e a Judy Rosa, muito obrigada pelos ensinamentos que tive no meu processo de aprendizagem, e também por contribuir na minha formação acadêmica.

Aos meus colegas de cursos, em especial Gilmara, Maria Rita e Prisilla Kézia que nesse tempo que passamos juntas, compartilharam comigo seus conhecimentos. Obrigada pelo carinho, amizade e compreensão.

Agradeço a Orientadora Izaura Maria pelas contribuições e discussões teóricas que resultaram novas reflexões para a construção da monografia. Obrigada também por ter aceitado fazer parte desse momento importante na minha vida.

Enfim a todas as pessoas, que como eu sonham com uma educação para todos de melhor qualidade.

Obrigada!

Sheila Regina Costa da Silva

“Escolas que são asas não amam pássaros engaiolados. O que elas amam são os pássaros em vôo. Existem para dar aos pássaros coragem para voar. Ensinar o vôo, isso elas não podem fazer, porque o vôo já nasce dentro dos pássaros. O vôo não pode ser ensinado. Só pode ser encorajado.”

Rubem Alves

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus que com seu imenso amor, nos fortaleceu e nos concedeu sabedoria para chegar até esta honrosa etapa. E a toda nossa família que nos apoiou desde o começo!

RESUMO

O estudo teve como objetivo geral apresentar como ocorre o processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiência múltipla em uma escola Pública do Estado da Paraíba na sala regular e na sala de recursos multifuncionais do Atendimento Educacional Especializado o (AEE). O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa qualitativa e exploratória. A investigação ocorreu em uma sala de recurso multifuncional e uma sala regular do município João Pessoa/PB. O trabalho de campo se desenvolveu por meio de observações durante cinco encontros com as docentes, uma da sala do AEE e uma da sala regular para conhecimento dessa realidade na escola pública. Na produção de dados utilizamos como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico, documental, observação participante, entrevista semiestruturada com as docentes. Como referencial teórico, empregamos a perspectiva de Bersch, Rocha, Sarboretto, Szymanki, Santiago, Kassar, a fim de apresentar melhor as especificidades educacionais dos alunos com deficiência múltipla. Emergiram como resultado principal a realidade do ensino-aprendizagem para o aluno com deficiência múltipla na sala regular e na sala do AEE, em que mediante as análises das entrevistas, e observações realizadas em sala, as professoras nos mostraram que ainda não estão capacitadas para trabalhar com Necessidades Educacionais Especializadas (NEEs), mas que as mesmas procuram aprimorar seus conhecimentos em outras fontes. Os dados também apontam a falta de condição do trabalho da professora da sala comum que possuem 6 alunos com deficiência, numa sala de 26 alunos sem contar com o apoio de monitor ou cuidador.

Palavras-chave: Deficiência Múltipla. AEE. Sala Regular. Ensino-Aprendizagem. Rede Pública.

ABSTRACT

The study had as general objective to present how the teaching-learning process of students with multiple disabilities occurs in a Public School of the State of Paraíba in the regular room and in the room of multifunctional resources of the Specialized Educational Assistance (AEE). The study was carried out through qualitative and exploratory research. The investigation took place in a multifunctional resource room and a regular room in the municipality of João Pessoa / PB. The fieldwork developed through observations during five meetings with teachers, one from the ESA room and one from the regular room to know this reality in the public school. In the production of data we use as a methodological procedure the bibliographical, documentary, participant observation, semi-structured interview with the teachers. As a theoretical reference, we use the perspective of Bersch, Rocha, Sarboretto, Szymanski, Santiago, Kassar, in order to better present the educational specificities of students with multiple disabilities. As a main result, the reality of teaching-learning for the student with multiple disabilities in the regular classroom and in the ESA room emerged as a result of which, through the analysis of interviews and observations made in the classroom, the teachers showed us that they are not yet qualified to work With Specialized Educational Needs (NEEs), but that they seek to improve their knowledge from other sources. The data also indicate the lack of condition of the work of the common room teacher who have 6 students with disabilities, in a room of 26 students without the support of a monitor or caregiver.

Keyword: Multiple Disability. AEE. Regular Room. Teaching-Learning. Public network

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE- Atendimento Educacional Especializado

APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

AVC- Acidente Vascular Cerebral

CAA- Comunicação Aumentativa Assistiva

DM – Deficiência múltipla

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais

MEC- Ministério da Educação

NEEs- Necessidades Educacionais Especializadas

PPP-Projeto Político Pedagógico

TA- Tecnologia Assistiva

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Laudo do aluno disponibilizado pela escola	38
QUADRO 02: Formação dos professores e conhecimento sobre a Deficiência Múltipla.....	41
QUADRO 03: Sobre o ensino/aprendizagem.....	42
QUADRO 04: Sobre a inclusão, reflexão e relações sociais	44

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO BRASIL	17
2.1. Breve Histórico	17
2.2. Aspectos Legais	18
2.3. A Deficiência Múltipla: Definição e tipos	23
2.4. Pessoas e Profissionais Parceiros.....	25
2.5. Processo Ensino-Aprendizagem.....	25
2.6. Sala Regular e o AEE	30
2.8. Recursos Didáticos.....	35
2.9. Reflexões Pedagógicas	35
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	37
3.1. Campo de Pesquisa	37
3.2. Sujeitos de Pesquisa	39
3.3. Instrumentos de Pesquisa	40
3.4. Resultados e Discussões.....	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	
APÊNDICE	

1 INTRODUÇÃO

Nosso tema está centrado na área da Educação Especial, focando de forma especial o Ensino-Aprendizagem de alunos com deficiência múltipla, especificamente em uma Escola Pública do Estado da Paraíba, na Sala Regular e na Sala de Recursos Multifuncionais o AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Essa temática surgiu a partir dos nossos Estágios Supervisionados no decorrer do Período Letivo na área de Aprofundamento em Educação Especial do curso de Licenciatura em Pedagogia, oferecido pela Universidade Federal da Paraíba, com vivências em demais Instituições como a Associação Pestalozzi, a APAE e as Escolas Públicas nas salas de recursos multifuncionais que possui alunos com esses casos. No qual nosso interesse, foi de compreender melhor esse processo pedagógico da educação especial, dos alunos com deficiência múltipla, pois observamos que devido a algumas dificuldades tanto de ensino, quanto de aprendizado, careciam esse olhar crítico e reflexivo, e desse modo poderíamos contribuir, a partir desta pesquisa, para os demais profissionais e professores tanto da sala regular, quanto o da sala de recursos do AEE, bem como com toda a comunidade escolar que lida com esses alunos, os pesquisadores interessados no tema, os psicopedagogos, os terapeutas, os leitores interessados que buscam conhecer essa realidade na escola pública, as famílias, a sociedade e a comunidade.

Nossa pesquisa é de cunho bibliográfico e de campo participativo, assim vamos nos aprofundar e conhecer o cotidiano escolar desses alunos a partir de uma observação e uma entrevista semiestruturada com as professoras da sala regular e da sala do AEE. A partir de alguns autores, que no decorrer desta pesquisa, tiveram bastante influência, entre eles Bersch, Rocha e Kassar.

O conteúdo desta monografia está dividido em seis capítulos, em que, a partir de referenciais teóricos, vamos abordar sobre conceito de deficiência múltipla, suas causas, a rede de apoio, os demais profissionais parceiros que lidam com essa deficiência. Um breve capítulo sobre o histórico da Educação Inclusiva no Brasil e sua Legalização, é importante salientar que não vamos nos aprofundar neste tema, tendo em vista sua amplitude.

No capítulo específico abordaremos o ensino-aprendizagem para pessoas com deficiência múltiplas. Será abordada a sala regular de ensino e o programa da rede pública o (AEE) e sua acessibilidade em atendimento e recursos para alunos com deficiências. Em seguida vamos propor algumas reflexões para essa realidade, que no decorrer desse processo de ensino-aprendizagem abrange grandes proporções na área da Educação Especial.

E por fim todo nosso processo metodológico nessa unidade escolar, que propôs as informações necessárias para nossa a respeito dessa realidade bastante aguçadora.

Sabemos que pessoas com deficiência requerem cuidados, tanto no âmbito educacional, como no âmbito familiar e social, em razão disso, surgiram algumas problemáticas: Estão elaborando o projeto pedagógico para esses alunos com deficiência múltipla? Esses projetos estão atendendo às necessidades especiais desses alunos? O processo de ensino-aprendizagem está tendo resultados positivos ou negativos? Esses profissionais estão qualificados para trabalhar com tais deficiências? Essas perguntas foram respondidas ao longo desta pesquisa em que observamos, infelizmente, uma realidade contraditória para perspectivas inclusivas do ensino-aprendizagem do aluno com deficiência múltipla.

Portanto, o nosso trabalho de conclusão de Curso tem como desafio apresentar e compreender melhor as alterações significativas no processo de desenvolvimento do ensino-aprendizagem e adaptação social desses educandos.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO BRASIL

2.1. Breve Histórico

No contexto histórico, a partir das abordagens de Kassir (2011), o Brasil em 1988, com a Constituição Federal, caracterizou-se uma nova perspectiva em relação aos direitos sociais através de políticas no âmbito da educação.

No entanto a partir de 1990, o governo passou a se adequar, participando da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, com a responsabilidade de assegurar a universalização do direito à educação, atingindo assim, de certa forma, as pessoas com deficiências.

Como fruto da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade”, originou-se a Declaração da Salamanca ocorrida na Espanha, em 1994:

A experiência, sobretudo nos países em via de desenvolvimento, indica que o alto custo das escolas especiais supõe, na prática que só uma pequena minoria de alunos [...] se beneficia dessas instituições... [...] Em muitos países em desenvolvimento, calcula-se em menos de um por cento o número de atendimentos de alunos com necessidades educativas especiais. A experiência [...] indica que as escolas integradoras, destinadas a todas as crianças da comunidade, têm mais êxito na hora de obter o apoio da comunidade e de encontrar formas inovadoras e criativas de utilizar os limitados recursos disponíveis (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 24-25)

Por sua vez essa declaração enuncia a todas as escolas acolherem todos os alunos independentes de suas condições de ordem físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas entre outros aspectos. Nesse contexto, logo mais surgiu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 – LDB/96 –, que foi promulgada, propondo a adequação das escolas brasileiras para atender satisfatoriamente a todos seus alunos. No decorrer dessas discussões surgiu um discurso de “educação inclusiva” sendo bastante respectivo no país, de modo que profissionais que atuavam na Educação Especial passaram a utilizar o termo “inclusão” no lugar do termo “integração”, como era frequente naquela época.

Ressaltamos, que não é o foco da nossa pesquisa e discussão sobre o aprofundamento das políticas de inclusão escolar, no entanto é pertinente compreendemos segundo Sassaki inclusão é:

Um processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais gerais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (...) incluir é trocar, entender, respeitar, valorizar, lutar contra exclusão, transpor barreiras que a sociedade criou para as pessoas. É oferecer o desenvolvimento da autonomia, por meio da colaboração de pensamentos e

formulação de juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida. (SASSAKI 1997, p. 41).

Neste contexto, percebemos, a preocupação de Sassaki em incluir e adaptar a sociedade, para as pessoas com necessidades especiais, de modo que a valorização, o respeito, a autonomia e acessibilidade façam parte da sua vida tanto âmbito social e quanto educacional.

2.2. Aspectos Legais

Abordaremos, as questões das Leis para educação das pessoas com Deficiências, para prática do ensino-aprendizagem.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p.330).

A declaração da Salamanca (1994) reafirma o compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência de uma educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.

De acordo com a declaração de Salamanca de 1994:

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras;
- Construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos.

De acordo com o artigo 13 da LDBEN (1996, p.12), em seus incisos I e II, ressalta-se o necessário papel dos professores no processo de construção coletiva do projeto pedagógico. Portanto fica claro que o educando não se adapta a escola, mas é a escola que deve colocar à disposição do aluno garantindo o acesso inclusivo em suas dependências, pois educação especial nesse sentido vem possibilitar ao aluno com necessidades educacionais especiais o objetivo de atingir a educação geral.

Na Lei 9.394 do artigo II da LDBEN (1996), trata dos princípios e fins da educação brasileira, garante:

A educação, dever da família e do estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996.)

No campo técnico-científico, a formação de professores para o ensino da diversidade e o desenvolvimento do trabalho em equipe são eficazes para a realização da inclusão.

Vale salientar que o inciso III do artigo 59 da LDBEN (1996, p.25) refere-se a dois tipos de professores para atuar com alunos com necessidades educacionais especiais como: o professor da sala de aula comum com capacitação e o professor da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) com formação e especialização na educação especial.

Em 1998, havia 293.403 alunos, distribuídos da seguinte forma: 58% com problemas mentais; 13,8%, com deficiências múltiplas; 12%, com problemas de audição; 3,1% de visão; 4,5%, com problemas físicos; 2,4%, de conduta. Apenas 0,3% com altas habilidades ou eram superdotados e 5,9% recebiam "outro tipo de atendimento" (BRASIL, 1998, p.1).

Cabe frisar que as modalidades de atendimento educacional, segundo os dados de 1997, predominam as "classes especiais", nas quais estão 38% das turmas atendidas, 13,7% delas estão em "salas de recursos" e 12,2% em "oficinas pedagógicas". Apenas 5% das turmas estão em "classes comuns com apoio pedagógico" e 6% são de "educação precoce".

Vale ressaltar que o atendimento por nível de ensino, em 1998, apresenta o seguinte quadro: 87.607 crianças na educação infantil; 132.685, no ensino fundamental; 1.705, no ensino médio; 7.258 na educação de jovens e adultos.

No sistema de ensino é adotado o novo modelo de tendências como: a integralização e inclusão de alunos com necessidades especiais no sistema regular de ensino, caso não seja possível realizar o atendimento do aluno devido ao seu comprometimento é necessário recorrer as escolas especializadas com: ampliação do das escolas especiais que prestarem apoio e orientação aos programas de integração, atendimento específico; melhoria da qualificação dos professores do ensino fundamental para essa clientela; expansão da oferta dos cursos de formação/especialização pelas universidades e escolas normais.

As escolas especiais devem atender de acordo as necessidades dos educandos, caso o município não puder criar esta forma de atendimento é necessário recorrer as instituições não governamentais que promovem o atendimento as pessoas com necessidades especiais.

No âmbito político os sistemas escolares devem assegurar o direito à matrícula a todos os alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns. Portanto essa política inclusiva requer uma intensificação quantitativa e qualitativa na formação de recursos humanos e garantia de recursos financeiros e serviços de apoio pedagógico públicos e privados especializados para assegurar o desenvolvimento educacional dos alunos. (BRASIL, 2001, p.29)

Em consonância com às Diretrizes Nacionais para Educação Especial (2001), a educação especial é vista como pressuposto instrumento de aproximação da educação escolar em relação as práticas pedagógicas.

No qual segundo a Lei brasileira de Inclusão (2015), a pessoa com deficiência possui vários direitos fundamentais à Vida, à Habilitação e Reabilitação, à Saúde, à Educação, à Moradia e ao Trabalho que devem ser garantidos a todos que possui qualquer tipo de comprometimento seja do tipo físico, intelectual e sensorial . E assim, garantir igualdade e uma boa qualidade de vida para essas pessoas.

No capítulo I da Lei brasileira no Art. 1º:

É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015, Art.10).

Já o capítulo II da Lei brasileira de inclusão aborda a questão da igualdade: “Art. 4º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

A compreensão segundo Neste aspecto educativo no capítulo IV da Lei Brasileira de Inclusão (2015) Art. 27, outra questão que cabe salientar nessa pesquisa, em que a Lei assegura o acesso ao aprendizado inclusivo para que as pessoas com deficiência, desenvolvam seus talentos e habilidades de níveis tanto físicas, quanto de níveis sensoriais, intelectuais e sociais. Fundamenta-se na forma em que eles expõem seus interesses e aprendizagem. Certamente percebemos a preocupação em garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades sem nenhum tipo de discriminação ou preconceito.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem, a todos os alunos, especialmente a aqueles que tem necessidades especiais.

No âmbito da educação inclusiva, a sociedade deve promover o processo de desenvolvimento de estado democrático. Porém entende-se que a inclusão é a garantia de acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade e abrangendo as relações da diversidade humana e em todas as dimensões da vida.

Cabe frisar que o direito a educação das pessoas com necessidades especiais deve seguir os seguintes princípios; a preservação da dignidade humana; a busca da identidade e o exercício da cidadania. Portanto a inclusão escolar constitui-se de valores simbólicos e condizentes com a igualdade de direitos e o favorecimento de oportunidade a todos.

Portanto o professor capacitado para atuar juntamente com alunos com necessidades especiais são aqueles que tem sua formação comprovada sobre a educação especial e desenvolveram capacidade para perceber; as necessidades

educacionais especiais dos alunos; a flexibilização da ação pedagógica nas diferentes áreas do conhecimento; avaliar o processo educativo; atuar com professores especializados na educação especial.

No campo pedagógico os alunos em um determinado período de sua aprendizagem podem apresentar necessidades educacionais especiais então o professor deve conhecer diferentes estratégias para responder a estas necessidades. Porém, algumas necessidades requerem da escola uma série de recursos e apoios que possibilite ao aluno meios de ingressar no currículo.

No âmbito administrativo o processo educativo de alunos que apresentam condições de comunicação e sinalização diferenciada dos demais alunos deve ser garantida a acessibilidade aos conteúdos curriculares do sistema braille¹, da língua de sinais e dos demais códigos aplicáveis. Isto só deve ocorrer sem interferir no ensino e aprendizado da língua portuguesa.

De acordo com o MEC, a constituição federal estabelece o direito as pessoas com necessidades especiais, a receberem o atendimento educacional na rede regular de ensino, porém previsto pelo (art. 208, III). Portanto trata-se de uma educação com igualdade a todas as pessoas e com direito a receber educação juntamente com as pessoas que fazem parte das escolas regulares. Diante das políticas educacionais no setor da educação especial incide-se três situações para a organização desse atendimento: participação nas classes comuns, de recursos, sala especial e escola especial.

Segundo a lei nº 13.146, de junho de 2015.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos,

¹ braille: A palavra "braille" foi aportuguesada do vocábulo francês "braille", que por sua vez veio do nome "Braille". Portanto, "braille" é um substantivo comum masculino. A palavra braille é utilizada em duas situações: a) com a função de adjetivo formando um conjunto: sistema braille, máquina braille, relógio braille, dispositivo eletrônico braille, biblioteca braille etc. b) como substantivo, antecedido pela preposição "em": escrita em braille, cardápio em braille, placa metálica em braille, livro em braille, jornal em braille, texto em braille etc.

edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - Desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - Tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

2.3. A Deficiência Múltipla: Definição e Tipos

De acordo com a Secretária de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC, 2006, p.11), o que define deficiência múltipla é o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades educacionais dessas pessoas.

No entanto, não é o somatório dessas alterações que caracterizam a múltipla deficiência, mas sim o nível de desenvolvimento, as possibilidades funcionais, de comunicação, interação social e de aprendizagem que determinam as necessidades educacionais, o desempenho e as competências desses alunos, que são heterogêneas e variáveis. Alunos, com níveis funcionais básicos e possibilidades de adaptação ao meio podem e devem ser educados em classe comum, mediante a necessária adaptação e suplementação curricular.

Nunes (2001, p.15) apresenta uma definição utilizada pelo Ministério da Educação de Portugal sobre deficiência Múltipla:

São pessoas com acentuadas limitações no funcionamento cognitivo, associada às limitações em outros domínios, nomeadamente no domínio motor e ou sensorial (visão ou audição), as quais põem em risco o acesso ao desenvolvimento e a aprendizagem e a leva a requerer apoio permanente.

Neste sentido, a atenção às especificidades e às necessidades de cada pessoa é fundamental, não podendo se restringir apenas aos laudos médicos. Mensurar o desenvolvimento contando apenas com as características que costumam se apresentar na ocorrência de determinadas deficiências não é o suficiente para o efetivo conhecimento do sujeito e, conseqüentemente, das suas necessidades. O mesmo pode-se considerar com relação às potencialidades que podem apresentar, pois o desempenho e as competências dessas crianças são heterogêneos e variáveis (BRASIL, 2006; ROCHA, 2014).

Além das características apresentadas de acordo com as deficiências que o sujeito pode ter associadas, o grau de comprometimento também depende de aspectos influenciados pelo ambiente, bem como pelas oportunidades, estímulos, relações vivenciadas por ele, dentre tantos outros aspectos.

Suas causas são de origem:

- Pré-natais²;
- Perinatais³;
- Pós-natais⁴.

² Pré-natais: Problemas durante a gestação, remédios tomados pela mãe, tentativas de aborto mal sucedidas, perdas de sangue durante a gestação, crises maternas de hipertensão, problemas genéticos. (Fonte: TEXEIRA, Luzimar. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/05/definicao-e-classificacao-da-deficiencia-fisica.pdf>> Acesso em: 09 de mar. 2017)

³ Perinatais: Problema respiratório na hora do nascimento, prematuridade, bebê que entra em sofrimento na hora do nascimento por ter passado da hora, cordão umbilical enrolado no pescoço. (Fonte: TEXEIRA, Luzimar. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/05/definicao-e-classificacao-da-deficiencia-fisica.pdf>> Acesso em: 09 de mar. 2017)

⁴ Pós-natais: Parada cardíaca, infecção hospitalar, meningite ou outra doença infectocontagiosa ou quando o sangue do bebê não combina com o da mãe (se esta for Rh negativo), traumatismo craniano ocasionado por uma queda muito forte e outras. No caso de jovens e adultos, a deficiência física ou motora pode ocorrer após uma lesão medular, aneurisma, AVC, esclerose múltipla, entre outros fatores. (Fonte: TEXEIRA, Luzimar. Disponível em: <<http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2010/05/definicao-e-classificacao-da-deficiencia-fisica.pdf>> Acesso em: 09 de mar. 2017)

2.4. Pessoas e Profissionais Parceiros

As pessoas e profissionais parceiros que auxiliam nesse desenvolvimento dos alunos com deficiência múltipla estão divididos em duas categorias:

Na escola:

- Professores do AEE
- Professores da sala regular
- Família
- Amigos
- Monitores
- Orientadores
- Cuidador
- Gestor
- Funcionários

Fora da escola:

- Fisioterapeutas
- Terapeuta Ocupacional
- Fonoaudiólogos
- Programas e serviços de atendimento especializados.

2.5. Processo Ensino-Aprendizagem

O processo de Ensino-Aprendizagem⁵ é uma integração dialética entre o instrutivo e o educativo que tem como propósito essencial contribuir para a formação integral da personalidade do aluno. O instrutivo é um processo de formar seres humanos capazes e inteligentes . Eentende-sentendendo por ser humano inteligente quando, diante de uma situação problema ele seja capaz de enfrentar e resolver os

<content/uploads/2010/05/definicao-e-classificacao-da-deficiencia-fisica.pdf>> Acesso em: 09 de mar. 2017)

⁵ Ensino-Aprendizagem: Nossa linha de pesquisa permaneceu ensino-aprendizagem com hífen pelo fato de acreditamos que esse processo não acontece de forma separada.

problemas, de buscar soluções para resolver as situações. Ele tem que desenvolver sua inteligência e isso só será possível se for formado mediante a utilização de atividades lógicas. O educativo se conquista com a formação de valores, sentimentos que identificam o ser humano como ser social, compreendendo o desenvolvimento de convicções, vontade e outros elementos que junto com a cognitiva permitem falar de um processo de ensino-aprendizagem que pôr fim é a formação multilateral da personalidade do ser humano.

A eficácia do processo de ensino-aprendizagem está na resposta em que este dá à apropriação dos conhecimentos, ao desenvolvimento intelectual e físico do aluno, à formação de sentimentos, qualidades e valores, que alcancem os objetivos gerais e específicos propostos em cada nível de ensino de diferentes instituições, conduzindo a uma posição transformadora, que promova as ações coletivas, a solidariedade e o viver em comunidade. A concepção de que o processo de ensino-aprendizagem é uma unidade dialética entre a instrução e a educação está associada à ideia de que igual característica existe entre ensinar e aprender. Esta relação nos remete a uma concepção de que o processo de ensino-aprendizagem tem uma estrutura e um funcionamento sistêmico, isto é, está composto por elementos estreitamente inter-relacionados.

Portanto, para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem das crianças com deficiência é preciso que aconteça intervenção pedagógica, que atenda às necessidades individuais de cada aluno, para que aconteça de fato à melhoria e a qualidade de ensino-aprendizagem dos alunos

Segundo Cunha (2014, p. 68), a aprendizagem criativa é uma experiência consciente, manipulada e transformadora. Não se restringe simplesmente as influências sobre os conceitos existentes, mas abarca modificações operadas pelo aprendiz que vão traduzir-se em uma nova forma de executar tarefas ou manusear materiais. Alunos com deficiência já são predispostos a improvisações em razão de restrições que possuem. Há neles um potencial criativo que necessita ser explorado em sala, pois limitações genéticas podem ser superadas pelos estímulos do ambiente escolar.

Historicamente, os alunos com deficiência múltipla não tiveram acesso a processo de ensino-aprendizagem, especialmente por serem vistos sem acesso a

qualquer intervenção educacional. Felizmente essa realidade tem mudado nos últimos anos, graças aos avanços científicos e à ampliação dos direitos educacionais das pessoas com deficiência em geral. Nunes (2001, p.16) comenta que:

Educar crianças com Deficiência Múltipla é um processo complexo. As estratégias educacionais adequadas a uma criança poderão não ser para outro. Cada um é ser único, é difícil generalizar uma abordagem que seja para todos adequados.

O trabalho a ser desenvolvido visa organizar estratégias diferenciadas, tais como estabelecimento de rotinas funcionais, exploração de diferentes ambientes que possam proporcionar ao aluno possibilidade de transferir e aplicar o que foi aprendido. Podemos então concordar com Amaral, em Nunes (2001, p.29) quando diz que “mais” do que definir “o que” se vai ensinar é importante que se defina “como” se vai organizar o processo de aprendizagem”.

Alunos com deficiência múltipla devem ter oportunidades diferenciadas de serem abordados por um modelo funcional (Modelo funcional: no qual os objetivos são selecionados especificamente em função de critérios definidos individualmente.), em oposição ao um modelo de desenvolvimento (Modelo de desenvolvimento: no qual os objetivos são determinados pelas normas do desenvolvimento padrão). Algumas das áreas básicas do modelo funcional que podem ser contempladas incluem a Socialização, Comunicação, Comunidade e Autonomia. Portanto para que os alunos com essa deficiência desenvolvam novas formas de funcionamento intelectual, as atividades escolares devem priorizar o ensino dos conceitos, seus significados e sentidos.

Souza (2013) reforça essa visão ao sustentar que o processo de ensino e aprendizagem para alunos com deficiência passa pelo oferecimento de um currículo que privilegie ações que tenham sentido e significado que possibilitem aos alunos a construção de uma rede conceitual cognitiva, motora, afetiva e linguística. Para tanto cabe mencionar que, em muitos casos, os sujeitos precisam de apoio permanente para além dos oferecidos atualmente pelo modelo escolar brasileiro. Mas uma vez destacamos a importância da mediação e das experiências de aprendizagens a que os sujeitos são expostos no ambiente escolar, assim com as atividades de estimulação precoce das quais têm oportunidades de participar.

Demonstrar como esse processo ocorre em alunos com deficiência múltipla requer analisar detalhes (muitas vezes vinculados a gestos e expressões faciais), sobretudo nos casos que não há oralização. Outro aspecto que impacta o desenvolvimento de alunos com graves comprometimentos é o modo como os enxergamos e as expectativas que temos sobre eles e seu desenvolvimento.

Kassar (2013, p.101) considera que a linguagem age “como instrumento de atividade psicológica, também contribuindo para a alteração e o desenvolvimento do pensamento”. Ou seja, o papel da linguagem é fundamental para que ocorra a transformação do pensamento situacional (fortemente impregnado pela experiência vivida em pensamento conceitual (relacionado ao desenvolvimento do conceito que implica generalização e abstrações). É importante ressaltar que em alguns casos, a apropriação dos significados de palavras como “sim” ou “não” é fundamental para que os alunos com essas deficiências possam fazer escolhas básicas na vida, tais como decidir o que desejam comer e vestir. Esses conhecimentos em grande medida, não são considerados formais (aqueles ensinados e aprendidos na escola) mais argumentamos que, para esses alunos representa o primeiro passo para aprendizagem e a apropriação dos conhecimentos e bens culturais historicamente produzidos em outros termos:

Somente quando a linguagem corresponde a algo vivenciado, que pode ser significado, ocorre à verdadeira compensação, pois aí a linguagem propicia a formação de conceitos, contribui para o pensamento generalizante e para a construção das funções mentais superiores. (GOÉS, 2002, P.104).

Por isso, temos defendido que o próprio conceito de aprendizagem, sobretudo nos casos mais graves de deficiência, seja ampliado para além dos processos formais de escolarização (os chamados conceitos científicos). Possibilitando a esses sujeitos, formas de participação e interação com meio social para que desenvolvam novos modos de ser e agir. Essa defesa se faz possível por meio de análise dos processos psicológicos superiores na perspectiva histórico-cultural ou ainda com bases nas indicações de Góes e Cruz (2006, p.41) ao defenderem que:

[...] ensinar os conhecimentos sistematizados e culturalmente valorizados é compromisso da escola. Contudo, quando agregamos a noção do sentido, esse compromisso se expande abrangendo diversas formas de trabalho sobre o campo da significação.

Atuar pedagogicamente nessa direção nos parece uma das possibilidades do trabalho a ser programado no AEE de forma colaborativa com o ensino comum para alunos com deficiência múltipla, sem desconsiderar as dimensões que envolvem o currículo e as aprendizagens formais até porque, por exemplo, a apropriação de numerosos conceitos são aprendidos apenas na interação social com o outro por uma pessoa sem especificidades no desenvolvimento já não ocorre ou ocorre de forma muito incipiente em pessoas com deficiência, especialmente as mais acentuadas, que necessitam de intervenções psicológicas específicas com instrumentos e signos diversificados.

O êxito no processo de aprendizagem depende também de uma pedagogia de projetos, atividades que possam ser desenvolvidas coletivamente, de maneira que as dificuldades sejam diluídas e superadas pela qualidade de solicitação do meio, pela ajuda do professor e cooperação dos colegas não deficientes. A atitude positiva da professora é fundamental para interação, confiança na comunicação e construção de vínculo. Para isso, é importante que a professora não use os defeitos ou dificuldades da criança como referência, por exemplo: “não babe que é feio, feche a boca, ponha a língua para dentro, não aperte os olhos, pare de balançar”. As mensagens positivas podem ser transmitidas de forma simples, direta, reforçando e elogiando as tentativas de acerto utilizando, quando necessário, dicas gestuais ou figuras. De forma semelhante, as atitudes de superproteção, tratar a criança com piedade, dó, como se fosse uma coitada, ou supervalorizá-la, destacar muito suas qualidades ou privilegiá-la, deve ser evitado. A criança gosta de ser compreendida e tratada da mesma forma que os outros, com os mesmos direitos e deveres.

Dessa forma, cabe ao professor levar em conta os vários fatores como social, culturais e a história de vida de cada educando, com suas características pessoais, sensoriais, motores e psíquicos, para que possa dá a devida atenção e atender da melhor forma possível. Então, para um bom desempenho da aprendizagem das crianças é necessário que haja disponibilidade cognitiva e emocional, pois é um fator essencial para que aconteça uma interação com colegas e aprenda a conviver em grupo, a se socializar e a entender as normas, valores e as atitudes uns dos outros. Então, cabe ao professor trabalhar com sua turma organizando-a em grupos, porque

dessa maneira estará influenciando o processo de ensino-aprendizagem, porém tem que levar em conta a diversidade dos alunos.

2.6. Sala Regular e o AEE

Na sala de aula regular, o ensino é para todos, independentemente das diversidades e especificidades de cada aluno. Assim, qualquer aluno tem o direito a se matricular no ensino regular, desse modo a escola muito antes deles ingressarem nas escolas, as mesmas já têm que garantir as devidas adaptações para melhor atendê-lo em todo seu processo letivo. No entanto, nem sempre as escolas têm a necessária estrutura para receber o aluno com deficiência múltipla, por diversos fatores. Portanto, cabe aos gestores e responsáveis que estão à frente de processo no local de ensino buscarem parcerias de entidade governamentais, as condições necessárias para que a inclusão aconteça da melhor forma possível no ambiente educacional desse aluno.

Outro aspecto é a formação do docente que irá atuar nessa sala de aula, a quantidade de alunos por turma, se a turma possui um cuidador para auxiliar a professora em sala, essas são algumas questões que fazem bastante relevância e devem ser atentamente analisadas. Segundo Preste (2011) aumenta o receio dos pais em matricular o aluno com deficiência múltipla no ensino regular.

Há aqueles ainda, que acreditam que seus filhos devem apenas frequentar o Ensino Especial, porque consideram que seus filhos enfrentariam no ensino regular dificuldades extremas e vendo a inclusão no ensino regular como algo muito difícil de acontecer, justificando entre outras coisas o despreparo dos professores, as turmas superlotadas, o preconceito, as dificuldades exacerbadas das crianças tudo posto como empecilho para que a inclusão em escola regular ocorra. (PRESTES, 2011, P.18).

Certamente, ainda não se assegura uma educação de qualidade para todos. Pelo fato do número excessivo de alunos nas escolas públicas, da baixa remuneração, da má formação, que desencadeiam consequências comprometedoras para o ensino-aprendizagem dos alunos, em especial para os que possuem NEEs. Desse modo as entidades devem investir em adaptações estruturais, físicas, materiais, na formação continuada para os professores, assim aprimorando um ensino-aprendizado de qualidade para os demais alunos ingressantes na rede pública de ensino.

Já no aspecto educativo o AEE a organização do Atendimento Educacional Especializado, considera as peculiaridades de cada aluno. Alunos com a mesma deficiência podem necessitar de atendimento diferenciados. Por isso, o primeiro passo para se planejar o Atendimento não é saber as causas, diagnóstico da suposta deficiência do aluno. Antes da deficiência, vem a pessoa, o aluno, com sua história de vida, sua individualidade, seus desejos e diferenças. Há alunos que frequentarão o AEE, mais vezes na semana e outros, menos. Não existe um roteiro, um guia, uma fórmula de atendimento previamente indicada e, assim sendo, cada aluno terá um tipo de recurso a ser utilizado, uma duração de atendimento, um plano de ação que garanta sua participação e aprendizagem nas atividades escolares.

O AEE tem como objetivo melhorar as condições de locomoção, comunicação, aprendizagem, participação, conforto, segurança e autonomia dos alunos com NEEs.

No atendimento educacional especializado (AEE), o professor deve propor atividades que colaborem para a aprendizagem do aluno como também possibilitar a vivência do aprender e do organizar. Portanto o AEE é a forma do aluno aprender e compreender o saber que lhe é próprio.

Fica evidente que o AEE é o lugar no qual o aluno vai desenvolver suas condições de liberdade e a construção da sua inteligência de acordo com a sua condição intelectual. Portanto é no ambiente escolar que o aluno constrói o conhecimento e busca novas conquistas para alcançar o seu desenvolvimento.

Na sala do AEE o aluno constrói o seu conhecimento e busca alcançar a sua autonomia, portanto a escola e o AEE devem estar presentes na vida do aluno para beneficiar o seu desenvolvimento.

É importante ressaltar que o Atendimento Educacional Especializado é um serviço que organiza os recursos pedagógicos, acessíveis que anulam as barreiras existentes para que o aluno tenha plena participação na sua formação com vista na autonomia seja na escola ou fora.

O Atendimento Educacional Especializado vem proporcionar melhores condições para garantir ao aluno o conhecimento, buscando suprir as necessidades. Este atendimento é realizado especificamente com pessoas com deficiência seja: física, intelectual, visual, auditiva e os demais transtornos conforme a lei estabelecida pela política Nacional de educação inclusiva sob o decreto Nº 6571/2008.

Vale salientar que o professor da sala de aula regular oferece conhecimentos característicos do aluno, sendo que o professor do AEE vem complementar esse conhecimento dos alunos com deficiência através dos recursos estabelecidos pelo MEC para a inclusão, com o propósito de eliminar as barreiras oriundas da sociedade. Sendo que no AEE os alunos com deficiência podem ser atendidos de forma diferenciada dependendo de sua deficiência.

Cabe frisar que a oferta do atendimento educacional especializado é obrigatória nos sistemas de ensino sendo que a decisão de adquirir a essa acessibilidade fica sob critério do aluno e seus responsáveis.

Assim fica evidente, que escolarização de alunos com múltiplas deficiências é algo novo no sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2002; ROCHA & PLETSCHE, 2014).

Analizando o desenvolvimento da Educação Especial e sua história, bem como as concepções e políticas que a nortearam, percebe-se que não houve ações específicas aos sujeitos que apresentassem este tipo de deficiência (KASSAR, 1999).

O AEE foi regulamentado por meio da Resolução n.4/2009, do Conselho Nacional de Educação, da Câmara de Educação Básica (BRASIL, 2009), a qual instituiu as diretrizes operacionais para o AEE na Educação Básica estabelecendo a matrícula dupla dos alunos com necessidades educacionais especiais, ou seja, na classe regular e no AEE.

Tal prática que o AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno contrário da escolarização.

Ressaltamos que o AEE também pode ser realizado em centros de atendimento educacional especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas ao Poder Público (BRASIL, 2009, art. 5) ou até mesmo em hospitais ou na forma domiciliar conforme o artigo sexto. Nesse sentido o AEE, destina-se a garantir a entrada e a permanência do aluno na escola regular e promover o acesso ao currículo, ao ambiente físico, adequações de recursos, alternativas para a comunicação, dentre tantos aspectos que precisam ser vistos e revistos para a real inclusão do aluno no contexto educacional.

Portanto, o AEE se evidencia como importante instrumento para beneficiar o processo de escolarização de alunos que apresentem uma necessidade especial buscando adequar-se à realidade dessas pessoas.

A avaliação feita na sala do AEE, visa recolher informações sobre o aluno considerando seus aspectos de desenvolvimento intelectual e cognitivo, a expressão oral, o meio ambiente, as aprendizagens escolares.

A inclusão escolar é uma proposta política que representa os valores relacionados a igualdade de direitos e as oportunidades educacionais para todos.

2.7. Tecnologia Assistiva e Comunicação Aumentativa e Alternativa

No decorrer deste capítulo iremos abordar de acordo com Bersh (2014), a importância das Tecnologias Assistiva tanto para a vida educacional quanto social das pessoas com múltiplas deficiências.

Segundo Brasil:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social”. BERSCH, 2014 *Apud* (BRASIL - SDHPR. – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII)

Em 16 de novembro de 2006 foi instituído, pela Portaria nº 142, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), estabelecido pelo Decreto nº 5.296/2004 no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, na perspectiva de ao mesmo tempo aperfeiçoar, dar transparência e legitimidade ao desenvolvimento da Tecnologia Assistiva no Brasil. (BRASIL, 2009, p.9)

Vale ressaltar que a tecnologia assistiva é um auxílio que promove a ampliação da habilidade funcional da pessoa com necessidades especiais e possibilita a realização da função que por um determinado tempo ficou imóvel por causa da deficiência ou pelo envelhecimento. Assim, a TA proporciona à pessoa com deficiência uma melhor qualidade de vida, proporcionando o desempenho da sua comunicação, mobilidade e facilitando a se movimentar em seu ambiente, e o acesso de suas habilidades e de seu aprendizado.

Para o professor da Educação Especial lidar com o atendimento do aluno, utilizando a tecnologia assistiva primeiramente precisa conhecer o aluno, saber quais

as suas limitações e quais as barreiras que impedem a sua participação no processo escolar. Esta observação é feita mediante a identificação de suas limitações. Porém deve procura saber: Quem é o aluno? O que a sua família relata sobre ele? Os problemas que enfrentam em casa? O tipo de atendimento que o aluno recebe? Quais os profissionais envolvidos em seu atendimento? Como é o desempenho do aluno em sala de aula? Quais recursos são utilizados para que o aluno se mobilize? Quais os materiais pedagógicos utilizados em sua mobilidade?

É importante frisar que tecnologia assistiva proporciona ao aluno o desempenho de sua mobilidade e autonomia a partir da sua força de vontade sendo assim o principal autor da sua independência. Portanto o uso da tecnologia assistiva deve ser acompanhado por um profissional capacitado que vai orientar o aluno com deficiência, como manusear o instrumento ou equipamento.

A CAA é um termo que é usado para descrever vários métodos de comunicação que podem ajudar as pessoas que são inaptas de usar o discurso verbal para se comunicar. Esses métodos podem beneficiar um conjunto de indivíduos, desde aqueles que estão começando a se comunicar até indivíduos que faziam uso do discurso verbal complexo. A CAA inclui sistemas com e sem ajuda. Sistemas sem ajuda compreendem assinatura e gestos, que não exigem materiais ou equipamentos especiais. Sistemas “com ajuda” dependem de materiais e equipamentos especiais, como imagens, livros e computadores. Os métodos de CAA são variados e devem ser personalizado para atender às necessidades de cada indivíduo. Muitas formas de CAA incluem componentes de tecnologia assistiva que vão desde os mais básicos até os de alta tecnologia.

É uma área da prática clínica e educacional que se propõem a compensar (temporária ou permanentemente) a incapacidade ou deficiência do indivíduo com distúrbio severo de comunicação. Tem como objetivo valorizar todos os sinais expressivos do indivíduo, ordenando-os para o estabelecimento de uma comunicação rápida e eficiente. Dizemos que a comunicação é aumentativa, quando o indivíduo utiliza outro meio de comunicação para complementar ou compensar deficiências que a fala apresenta, mas sem substituí-la totalmente. E que comunicação é alternativa,

quando o indivíduo utiliza outro meio para se comunicar ao invés da fala, devido à impossibilidade de articular ou produzir sons adequadamente.

Portanto É importante ressaltar que a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), é uma das áreas da Tecnologia Assistiva (TA), que atende pessoas sem fala ou escrita funcional ou em defasagem entre sua necessidade comunicativa e sua habilidade em falar e/ou escrever. Busca então, através da valorização de todas as formas expressivas do sujeito e da construção de recursos próprios desta metodologia, construir e ampliar sua via de expressão. Recursos como as pranchas de comunicação, construídas com simbologia gráfica (desenhos representativos de ideias), letras ou palavras escritas, são utilizados pelo usuário da CAA para expressar suas questões, desejos, sentimentos, entendimentos. A alta tecnologia nos permite também a utilização de vocalizadores (pranchas com produção de voz) ou do computador, com softwares específicos, garantindo grande eficiência na função comunicativa. Desta forma, o aluno com deficiência, passa de uma situação de passividade para outra, a de ator ou de sujeito do seu processo de desenvolvimento. (BERSCH & SCHIRMER, 2005)

2.8. Recursos Didáticos

De acordo com Schirmer, et al. (2007) fazem-se necessários diversos recursos para o aluno com DM entre eles:

- Recursos para escrita e leitura;
- Recursos para comunicação: Os cartões, pranchas, pastas, carteira, chaveiros, mesa com prancha, colete, agenda, calendário, quadro, vocalizadores, computador, adaptadores de mão (para caneta, borracha, pincel, etc.), adaptadores de tesoura, cola, etc.), adaptadores de mouse, dentre outros.

2.9. Reflexões Pedagógicas

Segundo o Ministério da Educação (2003), a escola para todos permite um currículo de modo dinâmico para que o fazer pedagógico se ajuste às necessidades e especificidades de cada aluno. Considerando os seguintes aspectos:

- Atitude Favorável da escola para diversificar e flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos;
- A identificação das necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis para sua educação;
- A adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção, uniforme e homogeneizadora de currículo;
- A flexibilidade quanto a organização e o funcionamento da escola, para atender a demanda diversificada dos alunos;
- A possibilidade de incluir professores especializados e serviços de apoio e outros, não convencionais para favorecer o processo educacional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No decorrer deste capítulo será abordado todo nosso processo de pesquisa de campo, que se baseia na pesquisa qualitativa e exploratória. No qual os sujeitos envolvidos serão o aluno com deficiência múltipla, a professora da sala regular, a professora do atendimento especializado.

3.1. Campo de Pesquisa

A escola escolhida foi a Escola Estadual de Ensino Fundamental Monsenhor Odilon Coutinho, localizada na Rua Celerina Paiva João Pessoa/PB CEP: 58027-390 no bairro de Mandacarú. Fundada em 1950 denominava-se Grupo Escolar Mons. Odilon Coutinho.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico o (PPP) do ano de 2011/2013 , pois o atual não tivemos acesso, que por sua vez se encontrava em reformulação), essa denominação homenageava o Monsenhor Odilon Coutinho, Vigário Geral da Arquidiocese da Paraíba. A escola funciona com turmas do 1º ao 5º Ano do Ensino Fundamental no período matutino, do 6º ao 9º Ano no turno no período vespertino. Atende numa faixa de 393 alunos matriculados.

A infraestrutura da escola é em um prédio antigo, mas com uma estrutura física bem conservada. Conta com 07(sete) sala de aula, 01(uma) sala de professores, 01(uma) secretária, 01(uma) sala de leitura, 01(uma) sala da direção, 01(uma) dispensa 01(um) refeitório, 01(uma) cozinha, 06(seis) sanitários para alunos 01(um) sanitário para funcionários e professores, 02 (dois) depósitos, 01(uma) quadra poliesportiva coberta, jardins externos ao prédio, 01(um) pátio lateral coberto. A maioria das salas são amplas, assim como os corredores. A conservação em geral é boa, graças ao trabalho de conscientização de alunos e comunidade visando a preservação do próprio prédio escolar. (Fonte: SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, **Projeto Político Pedagógico: E.E.E.F. Monsenhor Odilon Coutinho, A integração faz a diferença**, João Pessoa, Triênio, 2011/2013).

A escolha dessa escola se originou a partir da curiosidade de uma das componentes do grupo que mora nesse bairro e gostaria de conhecer como apresenta o ensino-aprendizagem de alunos com deficiência múltipla.

No ano de 2010 a escola passou a ingressar no atendimento educacional especializado de alunos com deficiências. É uma escola Polo. Sendo, importante ressaltar que a escola possui diversos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEEs), o perfil socioeconômico da comunidade atendida a maioria dos alunos encontra-se situação na renda mínima, a grande maioria depende do bolsa família. O nível escolar das famílias atendidas na escola é o Ensino Fundamental incompleto conforme pesquisa relatada em 2011/2013 no PPP da escola.

O bairro onde a escola se situa, hoje é considerado o mais violento da cidade. É um bairro da zona norte da cidade de João Pessoa, Paraíba. Nele se localiza o famoso Alto do Céu. Contrariando esse dado negativo o bairro é rico em cultura popular, nele existem tribos indígenas Tupinambás, Guanabara e Tupi Guarani. Tem a biblioteca Comunitária Mandacaru que é um “Ponto de Leitura” da Associação Comunitária de Educação e Cultura-CACTOS em parceria com o Ministério da Cultura.

O bairro possui 01 pedreira em atividade, 01 fazenda de camarão, e é composta pelas seguintes comunidades: Baixada (próximo às cinco bocas), Beira da Linha, Porto de João Tota, Beira Molhada, Jardim Coqueiral e Jardim Mangueira. O bairro Mandacaru faz divisa com os seguintes bairros (Ipês, Estados, Padre Zé, Roger) e com a cidade Portuária de Cabedelo. Tem uma estação de trem, 04 escolas do município, e 03 do estado, 01 centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Com relação à infraestrutura 85% é um bairro calçado, possui saneamento e água encanada.

Esta escola possui uma gestão democrática, e têm vários projetos entre eles focamos no “Valorizando a diferença” em que seus objetivos são: sensibilizar a comunidade escolar para a compreensão e respeito das diferenças; desenvolver atitudes de cooperação baseada no respeito entre os que integram os segmentos da comunidade escolar e a disseminação no âmbito social; despertar o pensamento crítico para a defesa dos direitos de cada ser humano ou grupo, considerando suas diferenças. Assim, fica evidente o intuito e preocupação da escola em abordar essas questões de inclusão, valorização e respeito com os demais alunos com necessidades especiais nesse processo educativo.

3.2. Sujeitos da Pesquisa

A amostra da pesquisa é composta pela professora do Ensino Fundamental formada em Pedagogia e concluindo o curso de Letras, a qual é regente da classe onde se encontra o sujeito de estudo com deficiência múltipla. A professora da sala de Recursos Multifuncionais, formada em Psicopedagogia Institucional e com curso técnico na Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD) para sala do AEE. E um aluno com Deficiência Múltipla do ensino Fundamental I do turno da manhã seu Laudo pela equipe interdisciplinar CORDI(Coordenadoria de Triage e Diagnóstico) – FUNAD:

Quadro1: Laudo do aluno com Deficiência Múltipla disponibilizado pela escola

Tendo como Diagnóstico (s): Deficiência Física- Atraso no DNPM⁶. Estrabismo em A.O⁷. Sequela da Síndrome da rubéola congênita⁸. CID_10: F84⁹; P 35.0

⁶ Atraso no DNPM: O atraso Global do Desenvolvimento Psicomotor pode ser definido como um atraso significativo em vários domínios o desenvolvimento, nomeadamente ao nível da motricidade fina/grosseira, da linguagem, da cognição, das competências pessoais e sociais, das atividades da vida diária, entre outras.(Fonte: EDUCAÇÃO DIFERENTE, Projecto da responsabilidade da apie - Associação Portuguesa de Investigação Educacional - Educação Especial e Deficiência. **Atraso Global do desenvolvimento Psicomotor**. Disponível em:

<<http://edif.blogs.sapo.pt/19654.html>> Acesso em: 27 de Abr. 2017.)

⁷ Estrabismo em A.O: O estrabismo é um desalinhamento dos olhos que ocorre em, aproximadamente, 4% das crianças e é resultante do mau funcionamento do trabalho em conjunto entre os músculos oculares. (Fonte: LIMA, Mariana Araguaia de Castro Sá, Mundo da Educação, **Estrabismo**, <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/biologia/estrabismo.htm> Acesso em: 27 de Abr. 2007.)

⁸ Sequela da Síndrome da rubéola congênita: A Síndrome da Rubéola Congênita (SRC) é uma importante complicação da infecção pelo vírus da Rubéola durante a gestação, principalmente no primeiro trimestre, podendo comprometer o desenvolvimento do feto e causar aborto, morte fetal, natimorto e anomalias congênitas. As manifestações clínicas da SRC podem ser transitórias (púrpura, trombocitopenia, hepatoesplenomegalia, icterícia, meningoencefalite, osteopatia radioluscente), permanentes (deficiência auditiva, malformações cardíacas, catarata, glaucoma, retinopatia pigmentar), ou tardias (retardo do desenvolvimento, diabetes mellitus). As crianças com SRC frequentemente apresentam mais de um sinal ou sintoma, mas podem ter apenas uma malformação, das quais a deficiência auditiva é a mais comum. (Fonte: BRASIL, Ministério da Saúde, Portal da Saúde, **Síndrome da Rubéola Congênita**. Disponível em:

<<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/svs/sindrome-da-rubeola-congenita>> Acesso em: 27 de Abr. 2017.)

⁹ CID_10: F84: Os Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) são distúrbios nas interações sociais recíprocas que costumam manifestar-se nos primeiros cinco anos de vida. Caracterizam-se pelos padrões de comunicação estereotipados e repetitivos, assim como pelo estreitamento nos interesses e nas atividades. (Fonte: NOVA ESCOLA, **Transtornos Globais do Desenvolvimento**

3.3. Instrumentos de Pesquisa

Uma das técnicas utilizada foi a de observação. A proposta inicial foi observar durante cinco dias, o aluno na sala regular e na sala do AEE. As informações e observações relevantes foram anotadas no diário de campo das pesquisadoras. Nessas sessões de cinco dias será foram observado as características desse aluno, sua aprendizagem em sala regular como também na sala de recursos multifuncionais, suas socializações e desempenho nas demais atividades desenvolvidas com ele na escola. E a forma como as professoras interagem no processo de ensino-aprendizagem desse aluno com deficiência múltipla.

A observação segundo Marconi, Lakatos 2007 “é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizando sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.” Dessa forma buscamos ao máximo nos aproximar da realidade desse educando e fazer um contraponto da teoria com a prática.

Foi utilizada também a técnica de entrevista semiestruturada com o objetivo de averiguar informações sobre ensino-aprendizagem de um aluno com a deficiência Múltipla, que está inserido em uma escola pública regular. as professoras tanto da sala regular também da sala do Atendimento Educacional Especializado – AEE, e a responsável pelo o aluno. A entrevista realizada é constituída por dez questões, de caráter subjetivo, que abordam as dificuldades e desempenho mediante o processo de ensino-aprendizagem deste aluno e algumas questões reflexiva para conhecer e aprimorar essa prática educacional.

De acordo com Marconi & Lakatos (2007):

A entrevista é um encontro de duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social.

3.4. Resultados e Discussão

A técnica utilizada foi à análise de dados a partir das observações participante feitas na escola, pelo roteiro de identificação e respostas da entrevista, realizada com as professoras da sala regular e a do AEE. análise documentos da escola o Projeto Político Pedagógico (PPP), documentos pessoais o Laudo do Aluno com Deficiência Múltipla. O conteúdo do roteiro, da entrevista, e o termo de consentimento livre e esclarecido (em apêndice) formou basicamente todo o corpo de nossa análise; Utilizamos um nome fictício para se referir ao aluno com Deficiência Múltipla sujeito do estudo de caso. A análise se dará mediante a formação de 3 (três) quadros temáticos no qual relaciona as respostas da professora (A) para se referir a professora da sala regular e (B) professora da sala do (AEE) durante a entrevista, o nosso posicionamento obtido na pesquisa de campo e o todo nosso referencial teórico bibliográfico. Sendo eles os seguintes:

Analizando a primeira parte da pesquisa nos quadros abaixo, colocamos algumas questões referentes a formação das professoras e seu conhecimento a respeito da deficiência múltipla. Na primeira questão percebe-se que a professora não possui formação adequada para trabalhar com alunos com deficiências, mas ela procura aprimorar seus conhecimentos através de pesquisas, de vídeos aulas e jogos. Já a professora B, possui formação e capacitação, pelo fato de ter como pré-requisito para atuação nessa área e lidar com alunos com NEEs.

FORMAÇÃO DO PROFESSOR/ CONHECIMENTO SOBRE A DEFICIÊNCIA

MÚLTIPLA

Quadro 02: Formação do professor e conhecimento sobre a Deficiência

1- Possui alguma formação ou especialização em Educação Especial?

Qual ou quais?

A: Não.

B: Psicopedagogia Institucional e curso técnico na FUNAD para atendimento na sala do AEE.

2- Qual a sua compreensão sobre Deficiência múltipla? R:

A: Dificuldades em várias áreas

B: Não respondeu.

3- Qual forma de aprimoramento da sua prática pedagógica? R:

A: Pesquisas relacionadas, vídeos aulas e jogos.

B: Levar os alunos a aprender brincando e procurando recursos.

Fonte: Entrevista com as professoras

Segundo Prestes (apud Patto, 1985) chama atenção para a necessidade de nos preocuparmos com as práticas escolares que estão enraizadas nas salas de aula regulares, e, isto passa pela formação. Um docente de qualidade, bem formado, terá o “olhar” diferenciado para seus alunos, buscando atender a diversidade e as necessidades que seus alunos apresentam, criando em sua sala de aula um ambiente favorável a socialização de saber significativo. As palavras ditas por essas docentes no decorrer da entrevista participativa, nos mostram a insegurança e a ausência de conhecimentos gerais sobre como trabalhar com alunos com essas diversidades em sala de aula.

Observamos também na questão do conhecimento específico sobre a deficiência múltipla, que a professora (A) respondeu equivocadamente, revelando que a mesma conhece pouco sobre a deficiência múltipla.

Segundo o MEC: “Deficiência múltipla se caracteriza por um conjunto de duas ou mais deficiências – de ordem física, sensorial, mental, entre outras – associadas”.

(BRASIL, 2006). (A) na sua escrita poderia ter abordado mais acerca do tema já que a mesma lida quotidianamente com este educando.

ENSINO-APRENDIZAGEM

Quadro 03: Sobre o ensino

4-Você recebe apoio da gestão escolar? Com apoio e materiais necessários para sua prática pedagógica? R:

A: Sim, quando possível.

B: Sim, tudo que precisamos e todo apoio.

5-Quais suas dificuldades em relação ao ensino? R:

A: A mistura de necessidades em uma mesma sala.

B: Não temos.

6-Quais as maiores dificuldades destes alunos em relação à aprendizagem?

A: Dificuldades da família se dispor a ajudar.

B: Motora, deficiência mental, engloba tudo nesse ser.

7-Relatem algumas as atividades desenvolvidas para esse aluno com deficiência múltipla.

A: Pinturas, atividade de coordenação motora, jogos e atividades orais.

B: Encaixe de brinquedos, pinturas, vídeos, instrumentos musicais entre outros.

Fonte: Entrevista com as professoras

Com relação às questões da temática ensino-aprendizagem na questão 4 ambas professoras (A) e (B) argumentam que recebem apoio necessário para efetivação da sua prática pedagógica. Em relação as dificuldades enfrentadas em sala

de aula (questão 5) (A) relatou que a principal dificuldade seria a falta de um cuidador, para alunos especiais em sala de aula, dentre os 25 alunos matriculados na turma do 5º Ano, a mesma ainda lida com mais 5 (cinco) alunos especiais fora o com deficiência múltipla. Assim, fica evidente o comprometimento do ensino-aprendizagem dos demais alunos. Enquanto (B) relatou que não tem nenhuma dificuldade em relação ao ensino-aprendizagem.

Já nas dificuldades de aprendizagem do sujeito de estudo (A) foi relatado que família de Luís¹⁰ poderia ser mais presente na escola. E no decorrer da produção de dados percebemos que o aluno tem dificuldades na fala, ainda não é alfabetizado, não tem uma boa coordenação motora, as vezes tem um temperamento forte, mas ao mesmo tempo é amável e amigável, gosta de conversar, cantar, assistir filmes, participa das atividades propostas. Observamos que possui uma sequência de memória lógica.

Na questão 07 (sete) (A) e (B) argumentam diversas formas de atividades para esse aluno com deficiência múltipla. Em suas metodologias trabalham a forma lúdica como processo de reorganização de habilidades onde o ato de brincar, facilita a aprendizagem e o desenvolvimento do educando.

Vygotsky (1998,p. 137) afirma: “ a essência do brinquedo é a criação de uma nova relação entre o campo do significado e o campo da percepção visual, ou seja, entre situações no pensamento e situações reais. ”

Dessa forma, é importante observar que o desenvolvimento do aluno surge a partir desse método de aprendizagem para adquirir o seu desenvolvimento cognitivo de modo significativo.

¹⁰ Luís: Nome fictício do sujeito da nossa pesquisa.

INCLUSÃO, REFLEXÃO E RELAÇÕES SOCIAIS

Quadro 5: sobre a inclusão, reflexão e relações sociais

8-A inclusão escolar e social faz parte do cotidiano do aluno com deficiência múltipla? Explique como acontece. R:

A: Sim de certo modo. “Pelo fato de ter que lidar com os demais alunos, fora os alunos com necessidades especiais que ao todo são seis nessa turma, sem ter um cuidador para me auxiliar em sala. ”

B: Tentando trabalhar os conteúdos que passa na sala regular com outras metodologias.

9-Quais são suas expectativas diante deste aluno com deficiência Múltipla? R: A: Sinceramente ainda não sei porque tem muitos fatores envolvidos.

B: Que ele consiga chegar ao final do ano sendo mais independente e desenvolva as muitas habilidades proposta na sala do AEE.

10-Como tem se dado a interação família/escola, professor/aluno e aluno/aluno? R:

A: Muito relativo, como falei anteriormente, a família exerce grande importância.

B: Temos nos empenhado ao máximo entrar em contato, escolar e familiar.

Fonte: Entrevista com a professora

No que diz respeito a inclusão esta escola vem tentando cumprir com seu papel, pois no decorrer do processo de pesquisa observamos, que existe diversos alunos com deficiências, garantindo assim, suas matrículas, que ultrapassa de 2 alunos com necessidades especiais por turma. Porém, na sala observada (A) fala sobre a necessidade do aluno em ter um cuidador e como a professora tem 26 alunos em sala o ensino-aprendizagem fica comprometido.

Ressalta (A), que vem trabalhando os conteúdos que passam em sala de aula com outras metodologias. Desse modo, esta professora vem adaptando as atividades de diversas formas no ensino-aprendizagem desse aluno.

Segundo Paim (2015):

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

Certamente, esta disponibilidade de tempo e flexibilidade só acontece na sala do AEE, em que o aluno é atendido de forma individual e nesse processo educativo atende suas demais necessidades. Reforçando suas habilidades e seu desenvolvimento cognitivo, quebrando as barreiras diante da sociedade que ao mesmo tempo que inclui vem provocando a exclusão, pelo fato de não garantir todos os direitos para esse aluno.

Segundo Santiago (2009), há uma contradição em relação ao ensino-aprendizagem do aluno com deficiência da classe alta e da classe baixa, em que os que possuem condições financeiras privilegiadas, tem o acesso a um ensino de qualidade, professores qualificados e recursos tecnológicos especiais, porém os da classe baixa estão longe de alcançar as mesmas oportunidades.

Por sua vez, as políticas públicas tentam minimizar esses fatores, mas como observamos no decorrer dessa pesquisa nessa escola pública, ainda falta muito para isso acontecer. Fica evidente neste contexto, que o educando com deficiência da classe pobre enfrenta diversos limites, que vai além da sua diferença física, sensorial ou intelectual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos possibilitou investigar como ocorre o processo de ensino-aprendizagem de alunos com deficiências múltiplas, tanto na sala regular quanto no AEE. A partir das reflexões, mediante as análises das entrevistas, e observações realizadas em sala, e aprofundamento teóricos as professoras nos mostraram que ainda não estão capacitadas para trabalhar com Necessidades Educacionais Especializadas (NEEs), mas que as mesmas procuram aprimorar seus conhecimentos em outras fontes. No entanto ao nosso olhar educativo as docentes deveriam buscar formação continuada e especialização na área da Educação Especial cuja linha de pesquisa aprimora o ato de lidar com educando com as demais deficiências.

É importante destacar que os diálogos com as educadoras nos possibilitaram uma reflexão mais crítica acerca do assunto em questão, que nos levaram a compreender que para uma educação boa, de qualidade e inclusiva, a escola tem que oferecer meios que possibilitem aos professores, planejar e utilizar metodologias de modo que atenda às necessidades de ensino-aprendizagem dos alunos que apresenta tal deficiência.

Portanto apesar das dificuldades encontradas pelos os professores no cotidiano escolar, eles fazem o possível e o impossível para transformar a realidade educacional dos alunos, mesmo de certo modo não recebendo a devida assistência e capacitação.

Todavia, se faz necessário mais investimentos nas escolas da rede pública, adaptações e acessibilidades, os professores deveriam ter o maior apoio a respeito da formação continuada. “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. (FREIRE (1996, p.27).

O ensino-aprendizado da pessoa com deficiência múltipla é de extrema importância para o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, cabe ao professor usar métodos que ajudem a desenvolver suas habilidades, mais sempre levando em conta as suas aptidões.

Espera-se que nossa pesquisa com questões brevemente apontada nesse texto possa contribuir de maneira significativa no processo de ensino-aprendizagem

para o campo de estudos acadêmicos, e também para o desenvolvimento social e cultural no âmbito da escolarização de pessoas com Deficiência múltipla.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita; **ASSISTIVA -TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**; Porto Alegre – RS, 2014. Disponível em:
<http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf> Acesso em: 20 de Abr. 2017.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994. Disponível em:
<<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001393/139394por.pdf>> Acesso em 23 de mar. de 2017.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/plano1.pdf>> Acesso em 22 de mar. de 2017.

_____. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, **Saberes e Práticas da Inclusão, Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília, 2003. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>> Acesso em: 21 de Mar. de 2017.

_____. Presidência da República. **Lei Nº 13.146, de 6 de junho de 2015**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 21 de mar. de 2017.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares** / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC / SEF/SEESP, 1998.

CUNHA, Antonio. Eugênio. **Práticas Pedagógicas para inclusão e diversidade**. 4ª ed. Rio de Janeiro, 2016: Wark Editora, 2014.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Editora UFPR n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Saberes e práticas da inclusão: **Estratégias para a Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília, 2013.

MORAIS, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v 22, n.37, p7-32, 1999.

Disponível em: http://cliente.argos.com.br/~mgos/analise_de_conteudo_moraes.html
Acesso em: 10 de Mai. de 2017.

NUNES, C.M.F. **Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira**. Educação & Sociedade, Campinas, Ano 22, n.74, p.27-42, abr. 2001. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n74/a03v2274.pdf> > Acesso em: 19 de Mar. 2017.

PAIM, Paulo. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Lei Brasileira de Inclusão, Brasília-DF, 2015.

PLETSCH, Marcia Denise, **Deficiência Múltipla: Formação de Professores e o Processos de Ensino-Aprendizagem**. Caderno de pesquisa v.45.n.155, p.12-29, Jan/Mar.2015.

PRESTES, Vania Maria da Silva, **A inclusão de Alunos com deficiência Múltipla em sala de ensino regular**. Brasília, 2011.

ROCHA, Máira Gomes de Souza da. PLETSCH, Márcia Denise, RevistAleph - ISSN 1807-6211; ANO VIII - Número 20; **O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para alunos com múltiplas deficiências frente às políticas de inclusão escolar: um estudo sobre as práticas pedagógicas**. DEZEMBRO, 2013.

_____, Máira G. de S. da. **Processos de Ensino e aprendizagem de alunos com deficiência Múltipla, deficiências no AEE à luz da teoria histórico-cultural**. 2014. 218.p. **Dissertação (Mestrado em Educação)**. Instituto de Educação e Instituto Multidisciplinar/PPGEduque, UFRRJ, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, 2014.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **Exclusão da pessoa com deficiência. Educação para quê?** João Pessoa, Paraíba, Brasil, Editora: Universitária, 2009.

SARBORETTO, Maria Lucia; BERSCH, Rita, **A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa**, Fortaleza, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHIMER, C. et.al. **Atendimento Educacional Especializado, Deficiência Física**, SEESP / SEED / MEC Brasília/DF – 2007

Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aeedf.pdf>> Acesso em 9 de nov. 2016.

SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO, **Projeto Político Pedagógico E.E.E.F. Monsenhor Odilon Coutinho**, Triênio, 2011/2013.

SOUZA, Flávia F. de. **Políticas de Educação inclusiva: Análises das condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência na instituição escolar**. 2013. 297F. Tese(Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, SP, 2013.

SZYMANKI, Heloisa. ALMEIDA, Laurinda. PRANDINI, Regina. **A entrevista na pesquisa em Educação: a prática reflexiva**. Brasília. Plano Editora, 2002.

VYGOSTSKY, Lev Semenovieh. **A formação da mente**. 6 ed. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

APÊNDICE



UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

CARO (A) PROFESSOR (A), este questionário faz parte da coleta de dados para o trabalho de conclusão de curso das estudantes GILMARA DE CARVALHO FALCÃO, MARIA RITA MARTINS DANTAS e SHEILA REGINA COSTA DA SILVA regularmente matriculadas no curso de Pedagogia, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, cursando o presente período (2016.2) tendo o seu trabalho sob responsabilidade da PROF.^a DR.^a IZAURA M. ANDRADE DA SILVA. Sua identidade será mantida em sigilo e você é livre para a qualquer momento, recusar-se a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento. Desde já, agradeço por sua colaboração.

1-Possui alguma formação ou especialização em Educação Especial?

Qual ou quais?

2-Qual a sua compreensão sobre Deficiência múltipla?

3- Qual forma de aprimoramento da sua prática pedagógica?

4-Você recebe apoio da gestão escolar com materiais necessários para sua prática pedagógica?

5-Quais suas dificuldades em relação ao ensino?

6-Quais as maiores dificuldades destes alunos em relação à aprendizagem?

7-Relatem algumas atividades desenvolvidas para esse aluno com deficiência múltipla.

8-A inclusão escolar e social faz parte do cotidiano deste aluno? Explique como isso acontece.

9-Quais são suas expectativas diante deste aluno com Deficiência Múltipla?

10-Como tem se dado a interação família/escola, professor/aluno e aluno/aluno?



UFPB

Autorização

AUTORIZAÇÃO DO (A) DIRETOR (A) DA ESCOLA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA "ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: A sala regular e o atendimento Educacional Especializado (AEE)".

As pesquisadoras GILMARA CARVALHO FALCÃO, MARIA RITA MARTINS DANTAS E SHEILA REGINA COSTA DA SILVA alunas do curso de Graduação em Pedagogia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e sua orientadora, Professora Dr. Isaura M. Andrade da Silva (UFPB) solicitaram a autorização da direção da escola para o desenvolvimento do estudo intitulado "ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: A sala regular e o atendimento Educacional Especializado (AEE)".

Eu li e compreendi as informações fornecidas e recebi respostas para qualquer questão que coloquei acerca dos procedimentos de pesquisa. Eu entendi e concordo com as condições do estudo como descritas. Eu entendo que receberei uma cópia assinada deste formulário de consentimento. Eu, voluntariamente, dou meu consentimento à realização da pesquisa na escola sob minha direção. Portanto, concordo com tudo que está escrito acima.

João Pessoa, 04 de Maio de 2017.


Maria do Socorro de S. Lima
DIRETORA GERAL
Cód. 10.616 Mat: 184294-3

Nome do (a) diretor (a) da Escola Municipal:


Maria do Socorro de S. Lima
DIRETORA GERAL
Cód. 10.616 Mat: 184294-3

Assinatura do (a) diretor (a) da Escola Municipal:



Termo de consentimento livre e esclarecido (Professor com aluno ou aluna com necessidades educacionais especiais em sua sala de aula)

Você está sendo convidada para participar da pesquisa ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: A sala regular e o atendimento Educacional Especializado (AEE). Esclarecemos que sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento.

O objetivo dessa pesquisa é investigar os fatores que possibilitam a construção e a implantação de experiências bem-sucedidas no Ensino e na Aprendizagem para alunos com Deficiência Múltipla em uma escola pública da Paraíba, analisando as relações da comunidade escolar com os alunos que apresentam essas necessidades educacionais especiais, bem como a prática pedagógica e a formação dos professores para o atendimento desses alunos.

Sua participação nessa pesquisa consiste em participar de uma entrevista com as pesquisadoras com o objetivo de conhecer o processo de inserção dos alunos acima referidos no ambiente da sua escola. Essa pesquisa trará maior conhecimento para o campo da Educação Especial Inclusiva. Sua participação na pesquisa não oferece nenhum risco psicológico ou físico.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Quaisquer dados que possam facilitar sua identificação serão omitidos do relato da pesquisa.

Você receberá uma cópia desse termo onde consta o endereço eletrônico e o telefone da orientadora e das pesquisadoras responsáveis podendo tirar eventuais dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Izaura

Assinatura da orientadora da pesquisa
Profª. Drª. Izaura M. Andrade da Silva
Telefone: (83) 9616-6485
E-mail: izamarasi@gmail.com
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Maria Rita Martins Dantas

Assinatura da pesquisadora
Maria Rita Martins Dantas
Telefone: (83) 98715-3893
E-mail: mari2010love1@hotmail.com
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Gilmara de L. Falcão

Assinatura da pesquisadora
Gilmara Carvalho Falcão
Telefone: (83) 98768-7054
E-mail: gilmarafalcao@outlook.com.br
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

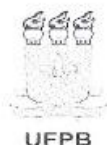
Sheila Regina C. da Silva

Assinatura da pesquisadora
Sheilla Regina Costa da Silva
Telefone: (83) 9941-1890
E-mail: Sheila.regina91@hotmail.com
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Declaro que entendi o exposto acima e concordo em participar,

Giulio Batista de Araújo

Sujeito da pesquisa



Termo de consentimento livre e esclarecido (Professor ou professora da sala do AEE).

Você está sendo convidada para participar da pesquisa ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: A sala regular e o atendimento Educacional Especializado (AEE). Esclarecemos que sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento.

O objetivo dessa pesquisa é investigar os fatores que possibilitam a construção e a implantação de experiências bem-sucedidas no Ensino e na Aprendizagem para alunos com Deficiência Múltipla em uma escola pública da Paraíba, analisando as relações da comunidade escolar com os alunos que apresentam essas necessidades educacionais especiais, bem como a prática pedagógica e a formação dos professores para o atendimento desses alunos.

Sua participação nessa pesquisa consiste em participar de uma entrevista com as pesquisadoras com o objetivo de conhecer o processo de inserção dos alunos acima referidos no ambiente da sua escola. Essa pesquisa trará maior conhecimento para o campo da Educação Especial Inclusiva. Sua participação na pesquisa não oferece nenhum risco psicológico ou físico.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Quaisquer dados que possam facilitar sua identificação serão omitidos do relato da pesquisa.

Você receberá uma cópia desse termo onde consta o endereço eletrônico e o telefone da orientadora e das pesquisadoras responsáveis podendo tirar eventuais dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Izamarasi

Assinatura da orientadora da pesquisa
Profª. Drª. Izaura M. Andrade da Silva
Telefone: (83) 9616-6485
E-mail: izamarasi@gmail.com
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Maria Rita Martins Dantas

Assinatura da pesquisadora
Maria Rita Martins Dantas
Telefone: (83) 98715-3893
E-mail: mari2010love1@hotmail.com
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Gilmara de C. Falcão

Assinatura da pesquisadora
Gilmara Carvalho Falcão
Telefone: (83) 98768-7054
E-mail: gilmarafalcao@outlook.com.br
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

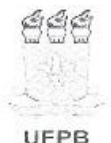
Sheila Regina C. da Silva

Assinatura da pesquisadora
Sheilla Regina Costa da Silva
Telefone: (83) 9941-1890
E-mail: Sheila.regina91@hotmail.com
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Declaro que entendi o exposto acima e concordo em participar,

Vaníia Duely Alves

Sujeito da pesquisa



Termo de consentimento livre e esclarecido (Responsável pelo aluno ou aluna com necessidades educacionais especiais)

Você está sendo convidada para participar da pesquisa ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: A sala regular e o atendimento Educacional Especializado (AEE). Esclarecemos que sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento.

O objetivo dessa pesquisa é investigar os fatores que possibilitam a construção e a implantação de experiências bem-sucedidas no Ensino e na Aprendizagem para alunos com Deficiência Múltipla em uma escola pública da Paraíba, analisando as relações da comunidade escolar com os alunos que apresentam essas necessidades educacionais especiais, bem como a prática pedagógica e a formação dos professores para o atendimento desses alunos.

Sua participação nessa pesquisa consiste em participar de uma entrevista com as pesquisadoras com o objetivo de conhecer o processo de inserção dos alunos acima referidos no ambiente da sua escola. Essa pesquisa trará maior conhecimento para o campo da Educação Especial Inclusiva. Sua participação na pesquisa não oferece nenhum risco psicológico ou físico.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Quaisquer dados que possam facilitar sua identificação serão omitidos do relato da pesquisa.

Você receberá uma cópia desse termo onde consta o endereço eletrônico e o telefone da orientadora e das pesquisadoras responsáveis podendo tirar eventuais dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Assinatura da orientadora da pesquisa
Prof.ª. Dr.ª. Izaura M. Andrade da Silva
Telefone: (83) 9616-6485
E-mail: izamarasi@gmail.com
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Assinatura da pesquisadora
Maria Rita Martins Dantas
Telefone: (83) 98715-3893
E-mail: mari2010love1@hotmail.com
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Assinatura da pesquisadora
Gilmara Carvalho Falcão
Telefone: (83) 98768-7054
E-mail: gilmarafalcao@outlook.com.br
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Assinatura da pesquisadora
Sheila Regina Costa da Silva
Telefone: (83) 9941-1890
E-mail: Sheila.regina91@hotmail.com
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Declaro que entendi o exposto acima e concordo em participar,

Sujeito da pesquisa.



Termo de consentimento livre e esclarecido (Gestoras e coordenadoras pedagógicas)

Você está sendo convidada para participar da pesquisa ENSINO-APRENDIZAGEM DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA: A sala regular e o atendimento Educacional Especializado (AEE). Esclarecemos que sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir e retirar seu consentimento.

O objetivo dessa pesquisa é investigar os fatores que possibilitam a construção e a implantação de experiências bem-sucedidas no Ensino e na Aprendizagem para alunos com Deficiência Múltipla em uma escola pública da Paraíba, analisando as relações da comunidade escolar com os alunos que apresentam essas necessidades educacionais especiais, bem como a prática pedagógica e a formação dos professores para o atendimento desses alunos.

Sua participação nessa pesquisa consiste em participar de uma entrevista com as pesquisadoras com o objetivo de conhecer o processo de inserção dos alunos acima referidos no ambiente da sua escola. Essa pesquisa trará maior conhecimento para o campo da Educação Especial Inclusiva. Sua participação na pesquisa não oferece nenhum risco psicológico ou físico.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Quaisquer dados que possam facilitar sua identificação serão omitidos do relato da pesquisa.

Você receberá uma cópia desse termo onde consta o endereço eletrônico e o telefone da orientadora e das pesquisadoras responsáveis podendo tirar eventuais dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Izaura M. Andrade da Silva

Assinatura da orientadora da pesquisa
Prof. Dr^a. Izaura M. Andrade da Silva
Telefone: (83) 9616-6485
E-mail: izamarasi@gmail.com
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Maria Rita Martins Dantas

Assinatura da pesquisadora
Maria Rita Martins Dantas
Telefone: (83) 98715-3893
E-mail: mari2010love1@hotmail.com
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Gilmara de C. Falcão

Assinatura da pesquisadora
Gilmara Carvalho Falcão
Telefone: (83) 98768-7054
E-mail: gilmarafalcao@outlook.com.br
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Sheila Regina C. da Silva

Assinatura da pesquisadora
Sheila Regina Costa da Silva
Telefone: (83) 9941-1890
E-mail: Sheila.regina91@hotmail.com
Universidade Federal da Paraíba
João Pessoa - PB

Declaro que entendi o exposto acima e concordo em participar,

Sujeito da pesquisa

Maria do Socorro de S. Lima
DIRETORA GERAL
Cód. 10.616 Mat: 184294-3